

Artigo

Agentes do conflito ambiental e suas práticas espaciais: O caso da APARU-ABV, uma unidade de conservação municipal no Rio de Janeiro (RJ)

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves

246

Resumo

Na vertente sul do Maciço da Tijuca, a cobertura vegetal e a terra urbana são dois recursos ambientais localizados na mesma porção do espaço geográfico. Estes despertam o interesse de diversos agentes sociais. A dinâmica do conflito ambiental é marcada pela compatibilidade ou antagonismos entre os três objetivos para o aproveitamento da área em questão, sendo eles a conservação da floresta, o uso do solo urbano para habitação popular e a obtenção de lucro através da incorporação da terra urbana ao mercado imobiliário. No presente artigo, levantamos os agentes envolvidos, analisamos suas práticas espaciais e os categorizamos segundo sua atuação. Verificamos que algumas instituições estatais atuam favorecendo (estruturalmente) as classes dominantes e outras solidarizando-se com as classes dominadas. Já os ativistas favelados e suas organizações, que são os localmente baseados, têm suas ações fortalecidas ou enfraquecidas pelos agentes externamente baseados, sendo que estes podem atuar pela floresta e pelas favelas; pela floresta, apesar das favelas (?); pela floresta e contra as favelas; e, também pela floresta e contra as favelas. Nosso objetivo é analisar a fricção entre os ativismos focados exclusivamente no "meio ambiente" e na proteção ambiental e aqueles que lutam pelo direito à moradia digna.

Palavras-chave: Conflito ambiental; Maciço da Tijuca; Práticas espaciais; Território.

Agents of environmental conflict and their spatial practices: The case of APARU-ABV, a municipal conservation unit in Rio de Janeiro, Brazil

Abstract

In the southern slope of the Tijuca Massif, vegetation cover and urban land are two environmental resources located in the same portion of the geographic space. These arouse the interest of various social agents. The dynamics of the environmental conflict is marked by the compatibility or antagonism between the three objectives for the use of the area in question, being forest conservation, urban land use for popular housing and profit making through the incorporation of urban land to the real estate market. In this article, we recognize the agents involved in the conflict, we analyze their spatial practices and categorize them according to their performance. We have verified that some state institutions act (structurally) in favor of the dominant classes and others in solidarity with the dominated classes. On the other hand, the favela's activists and their organizations, which are locally based, have their actions strengthened or weakened by externally based agents, who can act for the forest and for the favelas; for the forest, despite the favelas (?); for the forest and against the favelas; and also by the forest and against the favelas. Our objective is to analyze the friction between activism focused exclusively on the "environment" and on environmental protection and those who fight for the right to decent housing.

Keywords: Environmental conflict; Maciço da Tijuca; Spatial practices; Territory.

247

Agentes del conflicto ambiental y sus prácticas espaciales: El caso de la APARU-ABV, una unidad municipal de conservación en Rio de Janeiro, Brasil

Resumen

En la vertiente sur del Macizo de Tijuca, la cobertura vegetal y la tierra urbana son dos recursos ambientales ubicados en la misma porción del espacio geográfico. Estos despiertan el interés de diversos agentes sociales. La dinámica del conflicto ambiental está marcada por la compatibilidad o antagonismos entre los tres objetivos para el aprovechamiento del área en cuestión, siendo ellos la conservación del bosque, el uso de la tierra urbana para la vivienda popular y la obtención de beneficios a través de la incorporación del suelo urbano al mercado inmobiliario. En el presente artículo, levantamos a los agentes involucrados, analizamos sus prácticas espaciales y los categorizamos según su actuación. Verificamos que algunas instituciones estatales actúan favoreciendo (estructuralmente) las clases dominantes y otras solidarizán-

dose con las clases dominadas. Los activistas favelados y sus organizaciones, que son los localmente basados, tienen sus acciones fortalecidas o debilitadas por los agentes externamente basados, siendo que éstos pueden actuar por el bosque y las favelas; por el bosque, a pesar de las favelas (?); por el bosque y contra las favelas; y también por el bosque y contra las favelas. Nuestro objetivo es analizar la fricción entre los activismos enfocados exclusivamente en el "medio ambiente" y en la protección ambiental y aquellos que luchan por el derecho a la vivienda digna.

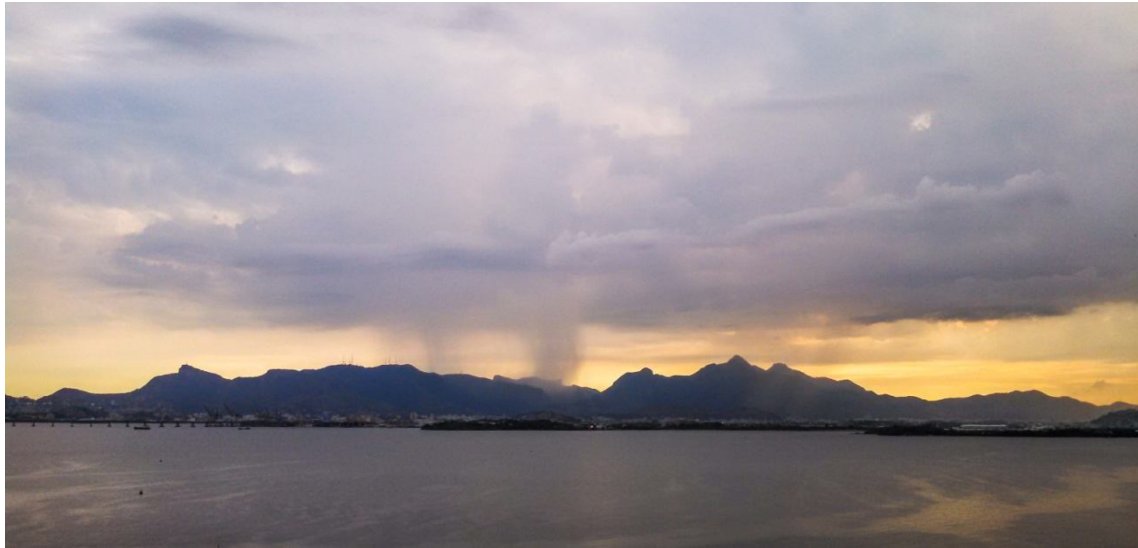
Palabras clave: Conflicto ambiental; Macizo de Tijuca; Prácticas espaciales; Territorio.

Introdução

Na cidade do Rio de Janeiro, dois recursos ambientais estão no centro de um conflito social. O primeiro deles é a cobertura vegetal do Maciço da Tijuca. Esse recurso ambiental produzido pela natureza e modificado pela intervenção humana, no passado, foi explorado pela sociedade carioca como fonte de energia (na forma de lenha e carvão vegetal) e fonte de matéria-prima para a construção civil. Atualmente, segue oferecendo serviços ambientais de controle do clima, de regulação do ciclo hídrico e fonte de água para parte da cidade do Rio de Janeiro (Foto 1). Não podemos deixar de mencionar o fragmento florestal do interior do Parque Nacional da Tijuca e seu entorno possibilitam seu desfrute como área de lazer pela população local, assim assume o papel de atrativo para o turismo, além de gerar amenidades para os imóveis nas suas cercanias, conferindo, assim, especificidade a estes e influenciando o valor de troca da terra.

O outro recurso em questão é a terra, cuja função é fundamental para o estabelecimento da ocupação humana nessa porção da superfície terrestre. A terra no Maciço tem sua singularidade condicionada pela combinação entre as características de seu sítio e sua localização relativa ao tecido urbano da cidade, ou seja, sua posição. Na medida em que o valor de uso dos elementos formadores desse segmento da cidade do Rio de Janeiro varia ao longo das sucessivas conjunturas históricas, o interesse dos diversos agentes modeladores do espaço urbano, assim como o valor de troca da terra, acompanha a oscilação.

Foto 1 - Chuva sobre o Maciço da Tijuca - Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Autor, 2015.

Nosso entendimento sobre a ideia de recurso se apoia em Pecqueur (2005). Para este autor, os recursos são metassistemas resultantes da combinação de dois sistemas preexistentes: o sistema do próprio objeto e o sistema de produção. Os recursos podem ser compreendidos como uma reserva com potencial de incorporação ao processo produtivo, caso haja condições de produção ou de criação de tecnologia necessária a sua transformação. Em nosso texto, assumimos a noção de recursos naturais como sendo os recursos resultantes exclusivamente dos processos da natureza primeira, já os recursos ambientais comportam um conjunto bem mais amplo, pois também é integrado pelos objetos resultantes da ação social.

Ao reconhecermos que a cobertura vegetal ainda existente no Maciço da Tijuca é um produto da dinâmica geocológica em associação com as dinâmicas sociais responsáveis pela sua permanência no espaço, assumimos que tratamos de um recurso ambiental. O mesmo tratamento é dado à terra, pois este elemento produzido pela natureza tem sua valoração e sua ocupação material originadas na sociedade.

É possível identificarmos a existência de um conflito ambiental, cujos agentes orientam suas práticas espaciais para três finalidades gerais: a conservação da floresta e

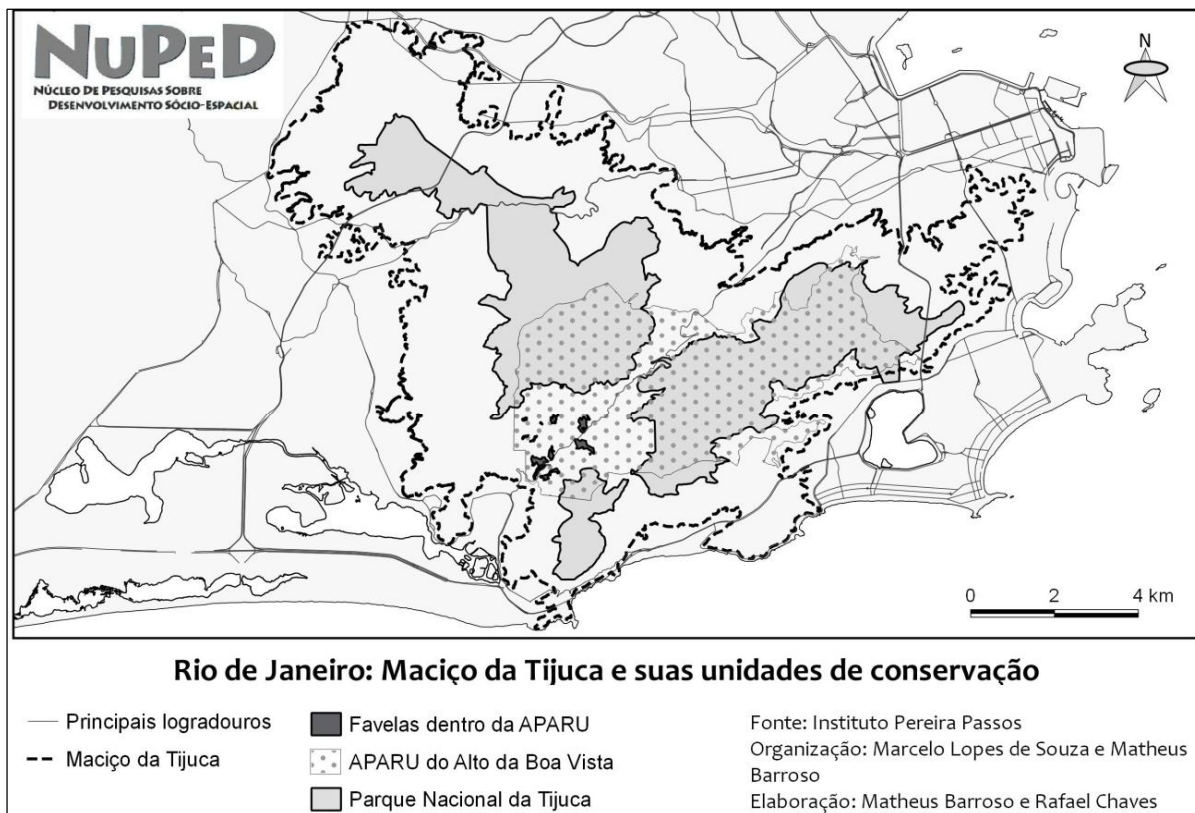
mananciais; a obtenção de lucro pela incorporação imobiliária; e o uso da terra para habitação. As duas últimas orientações citadas são temas tradicionais na Geografia, pois se baseiam em análises das práticas espaciais relacionadas, respectivamente, ao valor de troca e ao valor de uso da terra. Já a primeira mencionada, que comumente é assumida como neutra ou até mesmo inocente, revela ambiguidades quando analisada sob um ponto de vista mais acurado.

Apontamos, assim, que a pluralidade típica do discurso, da agenda e das práticas espaciais dos ativismos ambientalistas potencializa a complexidade das relações sócio-espaciais. Dependendo dos objetivos dos grupos ambientalistas, suas práticas se articulam ora favorecendo grupos empresariais e proprietários fundiários, ora fortalecendo a luta pelo direito de moradia e a qualidade de vida da população local. Vemos esse denso campo de forças resultar em um emaranhado arranjo de projeção das relações de poder sobre o espaço, ou seja, territorialidades (SOUZA, 1995).

Nosso recorte espacial contempla a vertente sul do Maciço da Tijuca (Mapa 1), o qual é uma parte da Serra do Mar, que abriga um importante fragmento de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro. Suas propriedades geoecológicas apresentam-se como integrantes do "*substrato espacial material*" (SOUZA, 2013) condicionante do padrão de ocupação contemporâneo do território. Essa feição da paisagem carioca, que vem sendo apropriada e ocupada por interesses distintos ao longo da história, nos revela, em suas encostas, a presença de bairros de classe média e favelas, além de duas unidades de conservação: uma federal, o Parque Nacional da Tijuca (PNT), e outra municipal, a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Alto da Boa Vista. As 12 pequenas favelas que investigamos, dentre as quais a de mais recente ocupação data de 1956 (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2010), estão contidas na APARU e localizadas nos bairros do Alto da Boa Vista e Itanhangá. A APARU foi criada por decreto municipal em 1992, quando teve sua área delimitada. Contudo a regulação dos usos desse território continua indefinida.

O objetivo do presente artigo é analisar a fricção entre os ativismos focados exclusivamente no "meio ambiente" e na proteção ambiental e aqueles que lutam pelo direito à moradia digna (mais especificamente protagonizados por moradores de favelas). Visamos estudar as práticas espaciais que, com origens escalares e territoriais diferentes, convergem, interagem, cooperam e se antagonizam na disputa pela organização do mesmo espaço. Para tanto, lançamos um problema sobre um dado da realidade e buscamos, a partir desse problema, produzir conhecimento.

Mapa 1 – Localização do Maciço da Tijuca e suas unidades de conservação no município do Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2010. Organização: M. Lopes de Souza e M. Barroso, 2016.

Viabilizamos a problematização de um objeto de conhecimento, tendo como recorte temático as interações entre os diferentes tipos de ativismos que influenciam a gestão do território. O recorte espacial é o do Maciço da Tijuca, mais precisamente a área da vertente sul que compõe a APARU-ABV. O recorte temporal é o período de existência da

APARU-ABV. Finalmente, a justificativa para tais recortes dá-se, no plano acadêmico, pela ausência de estudos teóricos sobre esse tema na área selecionada. E, no plano prático, justifica-se pela identificação da relação entre os grupos sociais enquanto um problema social. Portanto, nossa problemática trata da interação entre as práticas espaciais dos ativismos favelados e os ativismos ambientalistas na produção do espaço, sob a perspectiva dos ganhos de qualidade de vida e justiça social, nas favelas da APARU-ABV.

Não pretendemos, no presente artigo, estabelecer parâmetros para medir os ganhos de qualidade de vida, pois este conceito é subjetivo e variável entre os diferentes grupos sociais no tempo e no espaço. Assumiremos, contudo, uma noção geral pautada na salubridade, acessibilidade, segurança (jurídica e material) e conforto no espaço habitado. Sob inspiração na discussão trazida por Lopes de Souza (SOUZA, 2006) sobre o conceito de justiça social, observamos as assimetrias de condições de acesso aos recursos ambientais e de participação nos processos de tomada de decisões para a gestão do território impostas aos diferentes grupos sociais.

1. Mapeamento dos agentes envolvidos e suas práticas espaciais

Na presente seção, traremos o produto da etapa de levantamento, exame e categorização dos agentes atuantes na disputa pelos recursos, cujas ações acarretam ganhos ou perdas de qualidade de vida e de justiça social nas favelas estudadas. Destarte, adotamos o vínculo estatal das instituições como o primeiro corte do campo de ação dos diversos agentes. Dessa forma, temos o campo institucional (povoado pelos órgãos vinculados ao Estado em seus diversos níveis de operação) e o tipo da ação direta (composto por ativistas e organizações da sociedade civil). O conceito de Campo, emprestamos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), que, por sua vez, adota a formulação de Marc Swartz (1968). Tal conceito é definido da seguinte forma:

O Campo seria composto pelos atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo e "cujo escopo territorial e social e as áreas de comportamento compreendidas mudariam de acordo com a entrada e saída de atores, ou com as mudanças nas suas atividades de interação" Ele se definiria "pelo interesse e envolvimento dos participantes do processo estudado", incluindo "os valores, os significados, os recursos e as relações empregados". (SWARTZ, 1968, pp. 6 e 9, *apud* SANTOS, 1981, p. 215).

Debates inspirados principalmente em Henri Lefebvre e recuperados por Marcelo Lopes de Souza, nos permitem partir da convicção de que as relações sociais produzem o espaço e são por ele condicionadas (SOUZA, 2013). Por estudarmos as *ações sociais* que configuram as *relações sociais*¹ (cujos conteúdos são densos em espacialidade) entre variados sujeitos, temos o conceito de práticas espaciais como central na nossa análise.

O autor supracitado, a partir de Lefebvre, nos diz que as práticas espaciais são "[...] práticas sociais em que a espacialidade [...] é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados*" (SOUZA, 2013, p. 241, grifo do autor). Essa forma de prática social nos permite interpretar as complexas estratégias sócio-espaciais das diferentes organizações de ativismos ambientalistas e das organizações de ativistas favelados, para, assim, verificarmos as complementaridades, sobreposições e antagonismos no caminho para o desenvolvimento sócio-espacial.

Entendemos, então, que as relações sociais e a organização espacial formam um conjunto imbricado. Dessa forma, as ações dos sujeitos direcionadas para a realização de seus objetivos (mesmo que produzam resultados não premeditados), no que concerne ao uso dos recursos ambientais em disputa, buscam, antes de tudo, alterar o jogo de forças componente das relações sociais em seu favor. Assim, assumimos que essas práticas sociais condicionadas pela organização espacial e resultantes em (re)organização do espaço social (das projeções das relações de poder sobre o espaço, [re]configuração do

¹ Marcelo Lopes de Souza, em seu capítulo sobre *práticas espaciais*, estabelece uma articulação entre os conceitos de *relação social*, *ação social* e *práticas espaciais*. A respeito dos dois primeiros conceitos, o autor revisita a obra Weber e a põe em diálogo com Giddens (SOUZA, 2013).

substrato espacial material, formação de redes espaciais, atribuição de significados) configuram práticas espaciais.

1.1. O Campo Institucional

Entendemos que o Estado, estruturalmente, atua em prol das classes dominantes nas sociedades capitalistas, ou seja, beneficiando aqueles que detêm a maior influência no controle das instituições. Apoiamos nosso ponto de vista nas palavras de Poulantzas, quando ele nos diz que “[o] estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classes inseridas na própria estrutura do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 152). Contudo, não ignoramos o fato de que, para as classes dominadas, conjunturas mais ou menos favoráveis podem resultar em maiores margens de manobra para a obtenção de qualidade de vida e justiça social.

Dessa forma, temos por tarefa inicial o refinamento da caracterização das instituições estatais, assentando nosso olhar sobre o favorecimento de uma classe social ou outra. Através das nossas entrevistas, trabalhos de campo e pesquisas documentais, identificamos práticas espaciais favoráveis às classes dominantes sendo exercidas pelas seguintes instituições estatais: a Prefeitura do município do Rio de Janeiro; parlamentares (e candidatos) da esfera estadual e municipal; o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Ministério Público Estadual; e a gestão do PNT (ICMBio).

Também verificamos instituições que, muitas vezes, *ao menos conjuntamente*, favorecem as classes dominadas, sendo elas: a Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias do Ministério Público Estadual; o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ); o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH); e alguns parlamentares e candidatos.

1.1.1. Favorecendo (estruturalmente) as classes dominantes

A Prefeitura do município do Rio de Janeiro vem atuando, preponderantemente, em prol das classes dominantes, ao longo das diferentes gestões que se sucederam desde a criação da APARU (Marcello Alencar [PDT] 1989-1992, Cesar Maia [PMDB/PFL] 1993-1996, Luiz Paulo Conde [PFL] 1997-2000, Cesar Maia [PTB/PFL/DEM] 2001-2008, Eduardo Paes [PMDB] 2009-2016, Marcelo Crivella [PRB] 2017). Observaremos a seguir, quais ações dessa instituição privilegiaram as classes dominantes e de que forma ao longo do recorte temporal analisado.

Devido à localização urbana da unidade de conservação do Parque Nacional da Tijuca, a delimitação da zona de amortecimento (ZA) detalhada no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2008) é prenhe de dificuldades políticas e metodológicas, pois essa impunha sérias restrições ao uso do solo, entrando em conflito com a já existente ocupação residencial. A solução encontrada para o ordenamento do uso do solo nessa área foi a criação, em 1992, de uma categoria de unidade de conservação municipal para tentar incorporar as funções descritas no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca para a ZA.

A unidade criada por decreto pelo executivo municipal levou mais de uma década para ter a sua proposta de regulamentação encaminhada para o Legislativo. O projeto de lei foi apresentado para apreciação dos vereadores em 2003. O secretário da pasta de Meio Ambiente era o ex-deputado federal Ayrton Xerez. No ano de 2005, o projeto foi aprovado em todas as comissões da câmara, dentre elas a Comissão de Meio Ambiente, presidida pela vereadora Aspásia Camargo.

Cabe ressaltar que o texto continha uma afronta à justiça social, pois foi produzido sem qualquer participação popular e propunha a remoção de algumas favelas existentes na ZA delimitada pelo órgão gestor do PNT, e até mesmo de algumas fora do perímetro da ZA. Contraditoriamente ao argumento de conservação da cobertura vegetal, estabe-

lecia parâmetros urbanísticos que tenderiam a intensificar o desmatamento, pois aumentava o limite do Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT), que é a relação entre a área edificável permitida e a área do terreno.

Atualmente, o horizonte conjuntural da gestão municipal de Marcelo Crivella mostra-se assombroso para a população favelada do Maciço da Tijuca, pois a socióloga e ambientalista Aspásia Camargo ocupa o cargo de subsecretária de Planejamento e Gestão Governamental da cidade do Rio de Janeiro, sendo a responsável pela elaboração do "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Rio 2020: mais solidário e mais humano". Este documento estabelece como uma das suas metas do tipo "Urbano Ambiental", a Meta 76, cujo texto é "Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020" (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 141).

Analisando a atuação dos membros das casas legislativas, levantamos um conjunto de práticas espaciais perpetradas por parlamentares (ou candidatos) em nossa área de estudos. Trata-se de um tradicional exercício na democracia representativa brasileira: a cooptação de lideranças locais como cabos eleitorais na escala local. Com o apoio de Lopes de Souza (1997), interpretamos esse fenômeno como uma "desordem" que origina uma "nova ordem". A "ordem" original é o sistema de democracia representativa brasileira que, além das questões de heteronomia inerentes ao próprio modelo representativo, ainda conta com um ambiente nebuloso de operação. Neste, os participantes representados desconhecem, não apenas, em larga medida, a atuação de seus representantes ao longo de seu mandato, como também não é claro o papel de cada cargo na estrutura de gestão do Estado. Criam-se, dessa forma, as condições para a emergência da cooptação clientelista como desordem desse sistema.

Seria um preconceito temerário associar a cooptação de lideranças e o clientelismo apenas à falta de conhecimento dos representados sobre o funcionamento da máquina governamental. Existem questões objetivas na atuação do Estado nos espaços segregados que devem ser observadas. Diante do fato da negligência de serviços públicos básicos pela estrutura institucional formal, os políticos profissionais que conseguem garantir

ganhos imediatos em qualidade de vida na escala microlocal² (apesar de, potencialmente, acarretarem perdas em justiça social no longo prazo) consolidam a imagem de parceiros por grande parte dos habitantes de tais localidades, instituindo, assim, uma nova ordem.

Em entrevista realizada com o presidente de uma das associações de moradores, em 2017, fomos informados de que, no ano de 2010, uma então deputada federal financiou a cobertura do terceiro andar da sede da associação e empregou o presidente da associação como seu assessor, este atuando como cabo eleitoral na favela e arredores. Sua contratação foi interpretada pelo presidente da associação como uma estratégia de patrocínio à associação de moradores, pois, garantindo o seu sustento, este não necessitaria de outras ocupações, dedicando-se, assim, em tempo integral, à organização.

Se, por um lado, a cooptação de lideranças políticas acarreta um problema para a coletividade na participação política a longo prazo, esta prática pode acarretar perda de qualidade de vida em escalas mais amplas em curto prazo. A legitimação da atuação legislativa (em uma estrutura representativa viciada) deste ou daquela parlamentar pelos votos oriundos de coletividades cooptadas pode acarretar impactos negativos, quase que imediatos, na qualidade de vida de todos os habitantes do território na escala legislada. Essa hipótese confirma-se quando observamos que a deputada acima mencionada trouxe "nanoavanços" de qualidade de vida na escala microlocal, mas foi uma das legisladoras favoráveis à Proposta de Emenda Constitucional 55/2016, conhecida na mídia como "PEC do fim do mundo". Esta promulgou a Emenda Constitucional 95/2016, congelando os gastos primários do governo e fragilizando a seguridade social em escala nacional por 20 anos, deixando de fora do congelamento os gastos com amortizações e juros da dívida pública (ROCHA; MACÁRIO, 2016).

Casos semelhantes ao acima relatado repetem-se em pelo menos outras quatro associações de moradores das favelas estudadas. Percebe-se que os membros do poder

² Sobre o recorte escalar microlocal, adotamos a definição de Marcelo Lopes de Souza: "[...] a escala ou nível microlocal equivale a recortes territoriais que, a despeito de apresentarem tamanhos diversos, teriam, todos eles, em comum o fato de que se referem a espaços *passíveis* de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano" (SOUZA, 2013, p. 203, grifo do autor).

legislativo (mesmo de outras esferas) estão se posicionando como intermediários entre os favelados e o poder executivo municipal, o real responsável pela gestão do espaço urbano.

Mais uma instituição que atua sistematicamente na defesa, em última análise, dos interesses das classes dominantes é o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Ministério Público Estadual. Esta é a instituição responsável quando, com base em um laudo pericial escandalosamente mal elaborado,

[e]m outubro de 2006, o Ministério Público Estadual deu entrada em ação judicial, elaborada pela Promotoria do Meio Ambiente, denunciando o Prefeito César Maia pela prática de crime ambiental, face à sua omissão em relação ao surgimento e/ou crescimento de favelas no bairro do Alto da Boa Vista que estariam situadas em Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), criada pelo Decreto Municipal nº 11.301/92. Nesta ação [Civil Pública nº 0133369-78.2006.8.19.0001 (ACP)], o MPE solicitou a remoção de 13 comunidades, das quais sete integralmente, e seis parcialmente. (COMPANS, 2007, p. 93)

258

Rose Compans traz o argumento de que grupos sociais interessados nas remoções de favelas vêm utilizando o discurso da degradação ambiental associando-o à ocupação irregular do solo, "como se fossem os pobres os únicos responsáveis pelo desmatamento e a poluição dos corpos hídricos ocorridos ao longo de décadas" (COMPANS, 2007, p. 97).

Os gestores do PNT (ICMBio) também contribuem com as classes privilegiadas. Sabendo-se que o Plano de Manejo do Parque também incide sobre a zona de amortecimento do PNT, averiguamos que a participação política dos moradores da APARU na sua construção é pífia, pois todas as formas de interação da população com a gestão têm caráter meramente consultivo, sendo sua principal instância o Conselho Consultivo do PNT. Pudemos verificar (em todas as reuniões das quais participamos) críticas dos conselheiros em relação à falta de comprometimento dos gestores do PNT com a implementação das medidas debatidas e votadas.

Além disso, a participação de representantes de favelas é praticamente nula (apenas verificamos a presença de representantes de uma cooperativa de ecoturismo da Rocinha), sendo o Conselho composto predominantemente por representantes de associações de bairros de classe média (que serão mencionados adiante, quando falarmos das organizações *Pela floresta e contra as favelas*) organizações ambientalistas de diversos matizes e empresas de turismo. Esse fórum cria um ambiente de mobilização permanente de organizações da classe média, dispostas a endossar e conferir a chancela de "democráticas" às eventuais práticas espaciais que impliquem em perdas de qualidade de vida e/ou justiça social, desde que sejam em nome de uma pretensa proteção ambiental.

1.1.2. Solidarizando-se com as classes dominadas

Em nossos trabalhos de campo e entrevistas, levantamos que alguns agentes institucionais questionam as ações acima descritas, bem como se posicionam em favor da melhoria da qualidade de vida e avanços de justiça social para os residentes das favelas de nossa área de estudos. A esse tipo de Instituições estatais denominamos: *em prol das classes dominadas*. A Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias do Ministério Público Estadual, na pessoa do procurador Leonardo Chaves, é um desses casos. De acordo com relatos na página do CONCA (CONSELHO DE CIDADANIA DO ALTO DA BOA VISTA, 2009), no ano de 2006, esse procurador visitou as favelas e solicitou a elaboração de um contra-laudo ambiental, o qual se mostrou contraditório com o laudo adotado para abertura da ACP, demonstrando uma série de inconsistências metodológicas no mesmo.

No ano de 2008, a então deputada federal Marina Magessi (irmã de uma das lideranças do CONCA, o senhor Roberto Magessi) levantou, através de uma emenda parlamentar, verbas federais para que o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) contratasse uma consultoria. O estudo produzido visou o levantamento das informações necessárias para a comprovação de que os assentamentos ameaçados

de remoção já se encontrariam ocupados por um período maior do que 5 anos, garantindo a utilização do instrumento de regularização fundiária da usucapião. O resultado desse processo foi a concessão do Termo Administrativo de Posse e Moradia para grande parte dos moradores.

O Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH) atuou em parceria com os favelados ameaçados de remoção pela Ação Civil Pública. Além de tentar incluir essas pessoas como parte interessada no processo, para que eles, ao menos, pudessem ter acesso ao conteúdo e se manifestarem nos autos (isso lhes foi indeferido, tendo em vista que a ação tinha como réu o ex-prefeito César Maia), ofereceu orientação jurídica e articulação com cartórios notariais que oferecessem registros gratuitos de documentos que agilizassem o processo de concessão da usucapião. Observamos, ainda, que as orientações fizeram-se em reuniões promovidas nas sedes das associações de moradores das favelas e estes eventos construíram um espaço de diálogo entre os favelados para análises de conjuntura e conversas sobre as possibilidades de resistência política ao processo judicial (Foto 2).

Foto 2 - Reunião dos moradores ameaçados de remoção com representante do NUTH na sede da Associação de Moradores da Fazenda.



Fonte: Autor, 07/11/2016.

Ainda observando o poder legislativo, verificamos que o ex-vereador Eliomar Coelho (atualmente, deputado estadual) foi o responsável pela apresentação de um projeto de lei municipal substitutivo ao projeto inicial de regulamentação do uso do solo na APARU. Sua equipe de gabinete era composta por ativistas e técnicos com posicionamento progressista, articulados com organizações de ativismos de diversos matizes. Assim assessorado, o parlamentar levou para o plenário da câmara uma proposta de projeto de lei substitutiva no qual as favelas, antes ameaçadas pela remoção, seriam abrangidas por um zoneamento includente, o qual as caracterizaria como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)³. Essa inclusão significaria um aumento, tanto da justiça social, através da

³ Art. 205. Para viabilizar soluções habitacionais de interesse social, o Município poderá adotar padrões diferenciados de exigências urbanísticas e de infraestrutura mediante a declaração de Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, desde que sejam asseguradas as condições de segurança, higiene e habitabilidade das habitações, incluindo equipamentos sociais, culturais e de saúde, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

§ 1º Os Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, em Áreas de Especial Interesse Social, serão destinados a famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer, abrangendo as seguintes modalidades.

I - AEIS 1 - áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social para promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS.

redistribuição de renda indireta, quanto em qualidade de vida para os moradores desses espaços segregados, uma vez que facilitaria as condições para a implementação de serviços básicos pelo Estado.

1.2. A ação direta

Os agentes da ação direta são tanto organizações e indivíduos territorializados nas favelas estudadas, ou seja, os localmente baseados, quanto aquelas organizações e indivíduos que exercem influência (direta ou indireta) sobre a fração do espaço geográfico em questão. Adotamos a designação de "ação direta" utilizada por Marcelo Lopes de Souza, que a compreende como "o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais" (SOUZA, 2015a).

1.2.1. Agentes localmente baseados

Identificamos os seguintes agentes localmente baseados: a Associação de Moradores de Furnas; a Associação de Moradores da Agrícola; a Associação de Moradores do Mata Machado; a Associação de Moradores do Tijuáçu; a Associação de Moradores da Fazenda; a Associação de Moradores do Vale Encantado; a Associação de Moradores da Biquinha⁴; e o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA), que é uma organização formada pela articulação das associações de moradores mencionadas.

Levantamos que a presidência da Associação de Moradores da favela Agrícola é ocupada pela mesma pessoa, desde 2005. O atual presidente é aquele mencionado anteriormente como assessor da deputada federal Laura Carneiro. Em entrevista realizada na

⁴ Até o momento da redação do presente texto (28/03/2019), ainda não conseguimos estabelecer contato com moradores das favelas Dr. Catrambi e Biquinha para a produção de dados primários.

sede da associação, em 23 de outubro de 2017, foi-nos relatado que, ainda nos primeiros anos de trabalho, a nova gestão conseguiu, através da realização de festas juninas e contribuições mensais dos associados, levantar fundos para a construção da atual sede e para obras de captação de água nas nascentes nas cercanias da favela, resolvendo, definitivamente, o problema de falta d'água.

Já no ano de 2017, dentre as atribuições do presidente da associação de moradores, está a gestão financeira das contribuições mensais dos associados, a organização do serviço de entrega de correspondências. Extrapolando suas atividades formais, o presidente da associação, alegadamente utilizando recursos próprios, estabeleceu uma grande horta que produz verduras sem a utilização de defensivos agrícolas (Foto 3). Tivemos a oportunidade de participar, no dia 12/10/2017, do café da manhã promovido pelo presidente da associação para apresentar a horta para os moradores. Nesse evento, o produto da colheita foi distribuído para os participantes.

Na favela Mata Machado, identificamos que a associação de moradores é bastante conectada com o Estado, pois, em sua sede, funciona a Fundação Leão XIII (que é vinculada à Secretaria de Vice-Governadoria do estado do Rio de Janeiro). O abastecimento de água dessa favela é parcialmente coberto pela rede da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), sendo complementado pela captação de água nas nascentes que circundam a favela. A instalação e manutenção desse serviço são realizadas pela associação de moradores, que, frequentemente, organiza mutirões. Com a gestão dos recursos obtidos com as contribuições mensais dos associados, essa organização ainda consegue oferecer diversos serviços de saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas) e lazer para os moradores da Mata Machado e das demais favelas a baixos custos.

Foto 3 - Moradores da Agrícola visitam a horta comunitária implementada pela Associação de Moradores.



Fonte: Autor, 12/10/2017.

264

Na favela Tijuacu, assim como em Furnas, vem sendo muito difícil agendar uma entrevista com algum representante da associação de moradores. Em um trabalho de campo, em 2015, verificamos que, na sede da associação, funciona uma creche comunitária. No entanto, ainda não obtivemos mais detalhes sobre seu funcionamento. Presencialmente, observamos que os muros da entrada da favela são decorados com grafites exaltantes do amor por aquela favela. Conseguimos identificar um dos artistas (morador da Mata Machado) e levantar junto a ele que a Associação de Moradores patrocinou a execução das obras de arte.

Já na favela Fazenda, verificamos a presença de um sistema de captação, armazenamento e distribuição da água. Tal sistema é gerido pela associação de moradores e foi

construído com recursos financeiros oriundos da ONG Alto Sustentável⁵. Ali também observamos um sítio histórico que se atribui a uma antiga senzala. Seu atual estado de conservação (e sua própria permanência no espaço) se deve à interdição do uso por parte dos próprios moradores, pois, mesmo sem o conhecimento preciso da natureza da construção, reconhecem um valor histórico-cultural que justifica a sua presença no substrato espacial material da favela.

Ainda nessa favela, chamou-nos a atenção o fato de a associação de moradores estar buscando alternativas para remover uma casa que haveria sido construída além do ecolimite, que são explicados da seguinte forma:

Tratava-se de delimitadores físicos que deveriam estar situados no contato entre favelas e áreas de preservação ambiental. Em 2001, o projeto foi concebido e implantado pela Prefeitura da cidade, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e consistia em marcos de concreto interligados por cabos de aço que foram instalados ao longo das linhas de contato entre as favelas e as áreas a serem preservadas em mais de trinta locais (MACHADO, 2013, p.1).

O Vale Encantado é uma das menores favelas, mas é aquela que tem a maior articulação em rede com agentes externamente baseados. Sua associação de moradores também engloba os moradores das favelas Soberbo, João Lagoa e Açude da Solidão. O presidente da associação trabalhou, por muitos anos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde estabeleceu contatos importantes para a articulação em rede.

A favela em questão é composta por 12 domicílios (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2010) e, desde 2003, quando foi elaborado o projeto de lei para a regulamentação dos usos na APARU, vive sob a ameaça de remoção, baseada em argumentos de proteção

⁵ A ONG Alto Sustentável não existe mais. Até a data do fechamento desse artigo, não conseguimos localizar ninguém que tenha feito parte da estrutura da organização.

ambiental. Os moradores da favela buscaram o apoio de organizações de ativistas engajados com a defesa de direitos humanos e proteção ambiental para enfrentar as ameaças que se impunham. Tomou corpo, assim, a prática espacial insurgente de formação de redes espaciais, pois consistiu na articulação multiescalar de agentes para a resistência das pressões hegemônicas sobre o território em questão.

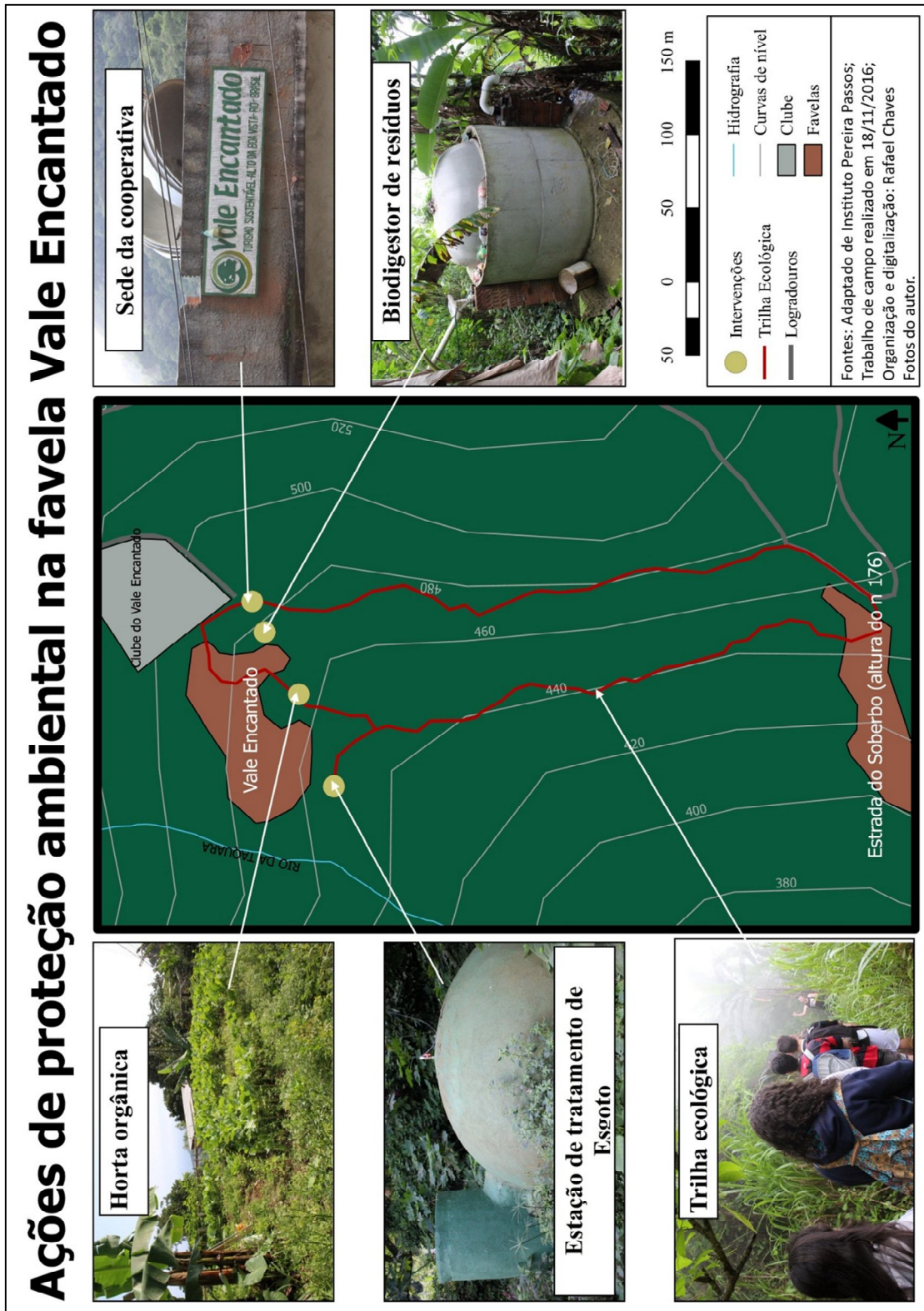
As parcerias com pesquisadores, organizações de ativistas locais e internacionais renderam benefícios para a luta dos favelados e para a conservação ambiental, pois a organização francesa ABAQUAR/PARIS incitou a fundação da cooperativa social e ambiental do Vale Encantado, que hoje gera renda para seus membros através do ecoturismo na favela e suas cercanias (Mapa 2). Os cooperativados também obtêm recursos com um serviço de *buffet* para eventos, e com a gastronomia local na sede da cooperativa, que provê pratos elaborados à base de ingredientes extraídos da floresta.

O substrato material espacial foi adaptado para as novas relações sociais que tomaram corpo, tanto na escala "nanoterritorial"⁶ do prédio adquirido para servir de sede à cooperativa, que até então se encontrava desocupado após a falência do bar que ali funcionava, quanto na escala microlocal da favela e seus arredores de mata, que tiveram seu uso reconfigurado para abrigarem as novas atividades. A adequação do prédio para o funcionamento da cooperativa, assim como a utilização dos caminhos que já existiam na mata para a condução de trilhas ecológicas com os visitantes, demonstram a prática espacial de refuncionalização do espaço material, conquanto não implicaram em profundas modificações das formas espaciais.

Consideramos que houve uma reestruturação do espaço material, devido às adaptações materiais realizadas no território ocupado pela favela. Apesar de sua escala ser microlocal, trata-se de relevantes modificações nas relações entre os sujeitos locais e o meio natural, entre os sujeitos locais e os extralocais, e entre os próprios sujeitos locais.

⁶ "'Nanoterritórios' são territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, [...]. Nos 'nanoterritórios' as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença" (SOUZA, 2006, p.317).

Mapa 2 - Práticas espaciais insurgentes na favela do Vale Encantado.



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2010. Elaboração: Autor, 2018.

1.2.2. Agentes externamente baseados

Identificamos que as organizações externamente baseadas operam e se manifestam a partir de perspectivas ambientalistas diversificadas. Aquelas compostas por ativistas e profissionais, que direcionam sua atuação para questões socialmente engajadas, que oferecem apoio técnico e financeiro para projetos de qualificação do espaço favelado optamos por denominar como: *pela floresta e pelas favelas*. As organizações que atuam pela conservação da floresta, muitas delas através do Conselho Consultivo do PNT, mas que não conseguimos identificar um posicionamento a respeito dos espaços favelados denominamos (temporariamente) como: *pela floresta, apesar das favelas (?)*. As organizações que, assim como na categoria anterior, atuam pela conservação da floresta, contudo apresentando práticas espaciais que incidem em recuos no desenvolvimento sócio-espacial das favelas, chamaremos de: *pela floresta e contra as favelas*. Finalmente, as organizações e indivíduos que se manifestam pela conservação da floresta, mas que obteriam benefícios objetivos com a sua degradação parcial, denunciando de maneira míope a degradação da área ao redor do PNT, dando ênfase aos espaços favelados e ignorando os bairros de classe média, designamos como: *também pela floresta e contra as favelas*.

1.2.2.1. Pela floresta e pelas favelas

Uma das principais organizações que exercem práticas espaciais no sentido da conservação da floresta e da qualificação do espaço favelado é a ONG Comunidades Catalisadoras (Utiliza a sigla ComCat em português e CatCom na língua inglesa). Essa organização é responsável pelo portal de notícias RioOnWatch⁷, que, desde 2010, vem colaborando para a desestigmatização dos espaços favelados em escala ampla. Sua atuação na nossa área de estudos é pontuada pela articulação entre a ONG francesa Abaquar, que

⁷ Disponível em: <www.rioonwatch.org.br>. Acesso em: 28 mar. 2019.

possuía recursos financeiros disponíveis, e a Cooperativa do Vale Encantado, que necessitava de uma sede. O resultado dessa articulação foi a reestruturação do substrato espacial material, através da aquisição e reconfiguração de um imóvel para que este servisse à cooperativa, viabilizando a formação de um circuito econômico alternativo.

Na medida em que promove o diálogo e a troca de experiências entre diferentes atores, a ComCat segue trabalhando no estabelecimento de redes de solidariedades em várias escalas. No dia 13/03/2017, presenciamos um evento organizado pela ComCat na sede da Cooperativa do Vale Encantado, quando um grupo de estudantes de planejamento urbano da cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, e o representante de uma organização de catadores de resíduos recicláveis do bairro da Pavuna, no Rio de Janeiro, foram apresentados aos projetos do Vale Encantado e trouxeram suas experiências em projetos de "sustentabilidade".

Relacionados ao Vale Encantado, devemos mencionar os jovens engenheiros oriundos da PUC-RIO Leonardo Adler e Tito Cals, que exerceram a reestruturação do espaço com o método da pesquisa-ação. Esses atores foram os responsáveis pela elaboração do projeto, captação de recursos e construção dos biodigestores instalados no Vale Encantado que representamos no mapa 2.

1.2.2.2. Pela floresta, apesar das favelas (?)

A categoria em questão é composta por duas organizações que identificamos ao longo nossa participação no Conselho Consultivo do PNT. São elas: a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Amigos do Parque e a Associação Defensores da Terra.

A OSCIP Amigos do Parque é uma instituição que se apresenta como colaboradora da gestão do PNT. Observando suas obrigações elencadas no Termo de Reciprocidade

01/2015, publicado na página 140 do Diário Oficial da União, de 5 de março de 2015, interpretamos que essa organização capta doações financeiras de pessoas físicas, empresas privadas e editais públicos, com o dever de empregá-las na conservação do PNT e sua área de amortecimento, além de organizar os trabalhos voluntários no território do PNT.

De acordo com aquilo que foi verificado em seu *website* e com uma entrevista concedida pelo seu diretor executivo no dia 17/10/2017, não houve nenhum tipo de atividade na área de amortecimento do PNT. Suas ações no PNT se restringem à viabilização e aprimoramento do PNT como um equipamento de consumo coletivo para o turismo e lazer.

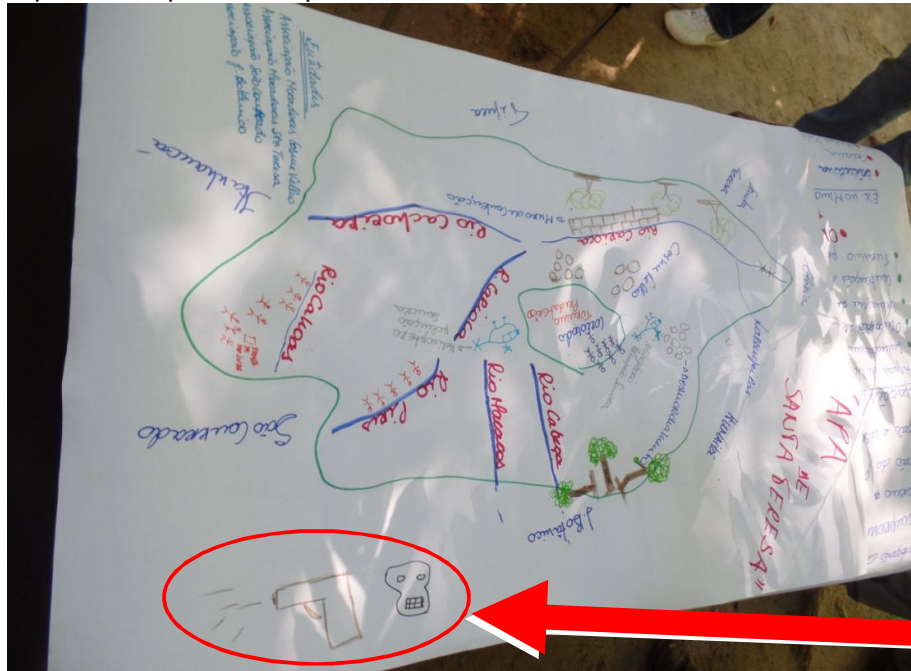
A Associação Defensores da Terra tem um perfil difícil de decifrar. Se, por um lado, ainda não pudemos identificar um papel incisivo em sua participação no Conselho Consultivo do PNT, por outro, temos como principal representante da organização a autora de uma dissertação de mestrado, Lara Moutinho da Costa (2008), que trata de racismo ambiental na zona de amortecimento do PNT (mais especificamente na vertente norte). A obra científica aponta a reestruturação do material do espaço por parte do Estado, com o intuito de comportar os impactos ambientais gerados pelas manifestações religiosas cristãs, enquanto aquelas de origem africana vêm sendo reprimidas e estigmatizadas. Com esse aporte intelectual somado à promoção de (e, em grande medida, produzido pelos) debates sobre o combate à discriminação contra manifestações religiosas de origem africana, a Defensores da Terra se inclui no rol das organizações que denunciam o racismo ambiental.

1.2.2.3. Pela floresta e contra as favelas

Destacamos, aqui, as associações de moradores dos bairros de classe média participantes do Conselho Consultivo do PNT, que reproduzem (quando não reforçam) os discursos de estigmatização do espaço favelado. Esse fato se evidencia no mapa mental produzido, no contexto de uma oficina do Conselho Consultivo para se identificar os problemas

do PNT, pelos representantes das associações de moradores dos bairros de Santa Tereza, São Conrado, Jardim Botânico e Cosme Velho (Foto 4). Devemos observar que as favelas Rocinha e Vidigal estão representadas por uma arma e uma caveira.

Foto 4 - Mapa mental produzido por associações de moradores de bairros de classe média.



Fonte: Autor, 08/08/2017.

1.2.2.4. Também pelas florestas e contra as favelas

Encontramos indícios da convergência de interesses de empresas do setor imobiliário com algumas agentes centrais da regulamentação das remoções das favelas, como o Ayrton Xerez (ex-secretário de meio ambiente), que se apresentou como representante da empresa Carvalho Hosken (uma grande empresa do setor imobiliário na Zona Oeste do Rio de Janeiro) em um evento ambientalista⁸ e a Aspásia Camargo (subsecretária de Planejamento e Gestão Governamental da cidade do Rio de Janeiro), em cuja lista de financiamentos de sua campanha eleitoral para vereadora em 2004, dos R\$ 732.292,00

⁸ XVIII Pacto de Resgate Ambiental: em 05/10/2017.

declarados, ao menos R\$ 437.500,00 (59,74%) vieram de empresas do setor imobiliário⁹. É evidente que as incorporadoras, construtoras e diversos outros segmentos do ramo imobiliário se beneficiariam com a remoção de favelas e a flexibilização da legislação ambiental (Lei das Encostas) para supressão parcial da vegetação. Isso abria as portas para a construção de empreendimentos imobiliários para a classe média carioca.

O conhecido ambientalista Mário Moscatelli, cujos depoimentos e falas são frequentemente veiculados pela imprensa, mesmo sem dizer abertamente que a culpa da degradação ambiental é dos favelados, a atribui genericamente aos "seres humanos". Por se basear em um discurso (em grande medida) biocêntrico, fortalece a construção de uma narrativa midiática em prol da remoção de assentamentos humanos em áreas potencialmente recuperáveis. Outros benefícios poderiam ser colhidos por esse ambientalista, pois sua empresa de consultoria ambiental "Manglares Consultoria Ambiental Ltda" já tem o *know-how* em empreendimentos públicos de reflorestamento de áreas degradadas, tal empresa foi a responsável pelo reflorestamento da área adjacente àquela ocupada pela Vila Autódromo, favela que foi removida durante a construção das estruturas para os Jogos Olímpicos de 2016 (como atesta a notícia do jornal *O Globo* de 18/02/2014 [ALENCAR, 2014]).

Finalmente, os meios de comunicação conservadores, mais especificamente o jornal *O Globo*, através da veiculação da série de reportagens "Illegal e daí?", que se inicia no ano de 2005 e serve como argumento para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (presidida pela Vereadora Aspásia Camargo, criada no dia 16 de abril de 2007) e para a Ação Civil Pública mencionada acima. Devemos dar especial atenção a um dos objetivos do trabalho publicado por Rose Compans (COMPANS, 2007), que foi identificar os principais agentes portadores da estratégia discursiva de vinculação da favela como fator de degradação ambiental, e suas propostas de resolução do problema. Entendemos que a realização dos interesses das

⁹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/prestacao-de-contas/contas-da-campanha-eleitoral-dados-das-prestacoes-de-contas-entregues-eleicoes-2004>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

classes dominantes é favorecida através da estigmatização do espaço favelado e a atribuição aos favelados da pecha de degradadores da floresta. Sobre essa interpretação, vale a pena reproduzir este trecho do sociólogo Jessé Souza:

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população. A grilagem agora não assumirá mais apenas a forma de roubo violento da terra dos posseiros pobres, mas sim também a forma da colonização das consciências com o fito de possibilitar, no entanto, a mesma expropriação pela elite. Substitui-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel. (SOUZA, 2017, p. 214)

Para tentarmos tornar inteligível esse complexo fenômeno, primeiramente identificamos os agentes que atuam nesse conflito territorial, em seguida examinamos seus discursos e suas práticas espaciais, analisamos e categorizamos o seu interesse pelos recursos ambientais no Maciço, e, finalmente, verificamos suas escalas de ação. Com o objetivo de sintetizarmos as informações produzidas, inspiramo-nos nos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (2017) e de Gonzalo M. Rivera (2017) para produzirmos as tabelas que seguem.

A primeira tabela (Tabela 1) nos permite visualizar que as organizações comunitárias são agentes que atuam em escala microlocal e local, sendo que as organizações das favelas, além de também na conservação da floresta, focam seu interesse na terra urbana para moradia digna. Essa tabela também evidencia que a maior parte das ONGs e Ativistas, mesmo atuando a partir de diversas escalas, direcionam sua atuação para a promoção da qualidade de vida na escala microlocal. Já as diferentes instituições estatais (municipais e estaduais em sua maioria) operam a partir das escalas mesolocal e sub-regional.

A segunda tabela (Tabela 2) é a síntese das interações entre todos os agentes identificados ao longo do trabalho no que tange as suas práticas espaciais na disputa pelo uso

da terra urbana. Podemos perceber as relações de atritos de atrito e cooperação, identificando quem são os aliados ou adversários que cada organização pode contar para atingir seus objetivos.

Tabela 1 - Matriz dos agentes, recursos ambientais e objetivos que movem o conflito ambiental na APARU - Alto da Boa Vista¹⁰

Tipo de agentes		Principal escala de ação						Prioridade de interesse nos recursos			Objetivo	
		Microlocal	Local	Mesolocal	Sub-Regional	Nacional	Internacional	Floresta	Terra urbana	Água	Moradia digna	Conservação da floresta
Organizações comunitárias	Associação de Moradores da Fazenda	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de Moradores de Mata Machado	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de Moradores de Tijuacu	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de moradores do Vale Encantado	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de moradores da Agrícola	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de moradores de Furnas	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de moradores da Biquinha	x						3ª	1ª	2ª	x	x
	Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA)		x					3ª	1ª	2ª	x	x
	Associação de moradores de Santa Tereza	x						1ª	?	?		x
	Associação de moradores de São Conrado	x						1ª	?	?		x
	Associação de moradores do Jardim Botânico	x						1ª	?	?		x
Associação de moradores do Cosme Velho	x						1ª	?	?		x	
ONGs e ativistas	ONG Comunidades Catalisadoras (ComCat)					x	?	1ª	?	?	x	x
	ONG Abaquar					x	?	1ª	?	?	x	x
	ONG Alto Sustentável	X					?	?	?	?	x	x
	OSCIP Amigos do Parque		x				1ª	?	?	?	x	x
	Defensores das Terra				x			1ª	?	?	x	x
	Leonardo Adler e Tito Cals					x	3ª	1ª	2ª	x	x	
	Mário Moscatelli			x				1ª	?	2ª		x
Instituições estatais em prol das classes dominantes	Prefeitura do município do Rio de Janeiro			x				2ª	1ª	?		x
	Fundação GEO-RIO			x				?	?	?		x
	Vereadores municipais			x				2ª	1ª	?		x
	Deputados estaduais				x			2ª	1ª	?		x
	MPE - Meio Ambiente				x			1ª	?	?		x
	Gestão do PNT (ICMBio)		x					1ª	?	2ª		x
Instituições estatais em prol das classes dominadas	MPE - Direitos Humanos e de Minorias				x			2ª	1ª	3ª	x	x
	ITERJ				x			2ª	1ª	?	x	x
	Defensoria Pública - RJ (NUTH)				x			?	1ª	?	x	x
	Vereadores municipais			x				2ª	1ª	?	x	x
	Deputados estaduais				x			2ª	1ª	?	x	x
Empresas	Jornal O Globo					x		1ª	?	?		x
	Empresas do ramo imobiliário					x		1ª	?	?		x

Fonte: Autor, 2019.

¹⁰ Na presente tabela, o ponto de interrogação "?" significa que desconhecemos a ordem de prioridade do recurso para o agente em questão.

Tabela 2 - Matriz dos atritos (A), cooperações (C) e ausência de relação explícita (X) nas práticas espaciais em torno do uso da terra urbana na APARU-ABV.

Agentes envolvidos no conflito ambiental na APARU - Alto da Boa Vista	Assoc. de Mor. da Fazenda	Assoc. de Mor. de Mata Machado	Assoc. de Mor. de Tijuacu	Assoc. de Mor. do Vale Encantado	Assoc. de Mor. da Agricola	Assoc. de Mor. de Furnas	Assoc. de Mor. da Biquinha (CONCA)	Assoc. de Mor. de Santa Tereza	Assoc. de Mor. de São Conrado	Assoc. de Mor. do Jardim Botânico	Assoc. de Mor. do Cosme Velho	ONG ComCat	ONG Abaquar	ONG Alto Sustentável	OSCP Amigos do Parque	Defensores das Terra	Leonardo Adler e Tito Cals	Mário Moscatelli	Prefeitura do Rio de Janeiro	Fundação GEO-RIO	Vereadores -> das classes	Dep. est. -> das classes dominantes	MPE - Meio Ambiente	Gestão do PNT (ICMBio)	MPE - Direitos Humanos	ITERJ	Defensoria Publica do RJ (NUTH)	Vereadores -> das classes dominadas	Dep. est. -> das classes dominadas	Jornal O Globo	Empresas do ramo imobiliário
A. M. Fazenda		C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	C	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Mata Machado	C		C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Tijuacu	C	C		C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Vale Encantado	C	C	C		C	C	C	A	A	A	A	C	C	X	X	X	C	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Agricola	C	C	C	C		C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Furnas	C	C	C	C	C		C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. da Biquinha	C	C	C	C	C	C		A	A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
CONCA	C	C	C	C	C	C	C		A	A	A	C	X	X	X	X	X	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
A. M. Santa Tereza	A	A	A	A	A	A	A		C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
A. M. São Conrado	A	A	A	A	A	A	A	C		C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
A. M. Jardim Botânico	A	A	A	A	A	A	A	C	C		C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
A. M. Cosme Velho	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C		A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
ComCat	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A		C	X	X	X	C	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	C	A	A
Abaquar	X	X	X	C	X	X	C	A	A	A	A	C		X	X	X	C	X	A	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	A	A
Alto Sustentável	C	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Amigos do Parque	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Defensores das Terra	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	C	X	X	X	X	X	X
Leonardo Adler e Tito Cals	X	X	X	C	X	X	X	A	A	A	A	C	C	X	X	X		A	A	A	A	A	A	X	C	C	C	C	C	A	A
Mário Moscatelli	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	X	X	X	X	A		C	C	C	C	C	X	A	A	A	A	A	C	C
Prefeitura	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C		C	C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
Fundação GEO-RIO	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C		C	C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
Vereadores -> classes dominantes	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C		C	C	A	A	A	A	A	A	C	C
Dep. est. -> classes dominantes	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C		C	A	A	A	A	A	A	C	C
MPE - Meio Ambiente	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C		C	A	A	A	A	A	C	C
Gestão do PNT	X	X	X	X	X	X	X	C	C	C	C	X	X	X	X	X	X	C	C	C	C	C	C		X	X	X	X	A	C	C
MPE - Direitos Humanos	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	C	C	A	A	A	A	A	A	X		C	C	C	C	A	A
ITERJ	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	C	A	A	A	A	A	A	X	C		C	C	C	A	A
NUTH	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	C	A	A	A	A	A	A	X	C	C		C	C	A	A
Vereadores -> classes dominadas	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	C	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C		C	A	A
Dep. est. -> dominadas	C	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	C	X	X	X	X	C	A	A	A	A	A	A	X	C	C	C		C	A	A
Jornal O Globo	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A		C
Empresas do ramo imobiliário	A	A	A	A	A	A	A	C	C	C	C	A	A	X	X	X	A	C	C	C	C	C	C	A	A	A	A	A	A		C

Fonte: Autor, 2019.

Considerações finais

Verificamos que por sua causa de dois recursos ambientais na mesma fração da superfície terrestre, surgem três objetivos para a exploração humana dessa área: um deles é apropriação da terra urbana e sua conversão em mercadoria para a obtenção de lucro; um outro é o direito de residir com dignidade na terra urbana; e o terceiro é a manutenção da cobertura vegetal. Os dois primeiros objetivos são mutuamente excludentes; contudo, o terceiro coopera ora com o primeiro, ora com o segundo.

Entendemos que os ativismos ambientalistas emergem da mobilização de grupos sociais em resposta a alterações reais ou potenciais do substrato espacial material (SOUZA, 2013), cujos impactos podem se dar desde a escala local até a escala global. Encontramo-nos, então, diante de uma complexa variedade de ativismos sociais densamente impregnados de espacialidade, conduzidos por pessoas de diversas classes sociais, que manifestam diferentes níveis (ou ausência) de oposição ao *status quo* contemporâneo. Entendemos que as alterações ambientais condicionantes dos ativismos ambientalistas são produto das relações sociais que orientam a apropriação social dos recursos ambientais que, via de regra, ao longo da história, vêm sendo relações sociais heterônomas.

Sabemos que, para a incorporação e comercialização dos imóveis com a margem de lucro mais ampla possível, as favelas devem ser removidas. Também compreendemos que, para se consolidar o direito à moradia digna, o cessamento da ameaça de remoção, ou seja, a garantia da posse é uma condição primária. Contudo, nenhuma das condições anteriores inviabiliza a permanência (de alguma forma) da cobertura vegetal. Verificamos que a sinergia entre as práticas espaciais dos diferentes agentes, que, apesar de terem como foco esse ou aquele recurso ambiental, não deixam de influenciar os objetivos dos demais agentes, mesmo que tenham como foco o outro recurso.

Através do levantamento de dados primários e secundários sobre alguns casos concretos de ativismos ambientalistas, e também com apoio na categorização das principais correntes ambientalistas proposta por Joan Martínez Alier (2017) trazemos a percepção de que, de diferentes formas e intensidades, o atual modo de organização da exploração dos recursos ambientais e a distribuição dos seus proveitos (e seus rejeitos) é confrontado. Dessa forma, assumimos que uma ação social de confronto e/ou resistência, calcada no anseio de mudança da realidade com o objetivo de garantir melhor qualidade de vida e maior justiça social, pode ser entendida como uma forma de práxis insurgente.

Agradecimentos

O presente trabalho é parte das reflexões da tese de doutorado que vem sendo elaborada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Dr. Marcelo Lopes de Souza. A este, agradecemos pela orientação e revisão da primeira versão do texto.

Devemos nosso profundo agradecimento aos dois pareceristas anônimos por suas sugestões de aprimoramento do artigo.

Referências

- ALENCAR, Emanuel. Parque Olímpico vai restaurar mangue e restinga da Lagoa de Jacarepaguá. **O Globo**, 18 fev. 2014. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/parque-olimpico-vai-restaurar-mangue-restinga-da-lagoa-de-jacarepagua-11639435>>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais em linguagens de valoração. 2 ed., 3a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CONSELHO DE CIDADANIA DO ALTO DA BOA VISTA. Visita do Procurador Leonardo Chaves ao Alto da Boa Vista, 2009. Disponível em: <<http://concacidadania.blogspot.com>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, DF, v. 134, n. 43, 05 mar. 2015. Seção 3, p. 140.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, **Plano de Manejo**: Parque Nacional da Tijuca. MMA/ICMBio: Brasília, 2008.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). Sistema de assentamentos de baixa renda (SABREN). **Informações básicas sobre as favelas, 2010**. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MACHADO, Ana Brasil. **Os ecolimites como dispositivo para a gestão das discontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

279

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, N°1-2, jan-dez 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RIVERA, Gonzalo Mardones. Mapeo de actores en la zona de amortiguación del Parque Nacional Alerce Andino y la Reserva Nacional Llanquihue, Chile. **Revista Geográfica de Valparaíso**. n° 54, p. 01-22, 2017.

ROCHA, Flávia R. F., MACÁRIO, Epitácio. O impacto da EC 95/2016 e da PEC 287/2016 para a Previdência Social brasileira. in: **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 444-460, jul.-dez./2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. in: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. A expulsão do paraíso: O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Explorações geográficas: Percursos no fim de século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª parte). In: **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a.

_____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Revista Mercator**, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015b.

_____. **Estudando conflitos e impactos (socio)ambientais**: Sugestões desassombradas para espíritos valentes. Petrópolis: mimeo, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves é Professor Substituto do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail**: rafchaves@gmail.com

Artigo enviado em 01/04/2019 e aprovado em 17/05/2019.